

Zurich Náutica

Condições Gerais

Parte I Do Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil

Cláusula preliminar

1.

Entre a Zurich Insurance plc – Sucursal em Portugal, adiante designada por Zurich, e o Tomador do Seguro mencionado nas Condições Particulares, estabelece-se um contrato de seguro que se regula pelas presentes Condições Gerais e pelas Condições Particulares, e ainda, se contratadas, pelas Condições Especiais.

2.

A individualização do presente contrato é efectuada nas Condições Particulares, com, entre outros, a identificação das partes e do respectivo domicílio, os dados do Segurado, os dados do representante da Zurich para efeito dos sinistros, e a determinação do prémio ou a fórmula do respectivo cálculo.

3.

As Condições Especiais prevêem regimes específicos da cobertura prevista nas presentes Condições Gerais ou a cobertura de outros riscos e ou garantias além dos naquelas previstos, e carecem de ser especificamente identificadas nas Condições Particulares.

4.

Compõem ainda o presente contrato, além das Condições previstas nos números anteriores e que constituem a apólice, as mensagens publicitárias concretas e objectivas que contrariam cláusulas da apólice, salvo se estas forem mais favoráveis ao Tomador do Seguro ou ao Segurado.

5.

Não se aplica o previsto no número anterior relativamente às mensagens publicitárias cujo fim de emissão tenha ocorrido há mais de um ano em relação à celebração do contrato, ou quando as próprias mensagens fixem um período de vigência e o contrato tenha sido celebrado fora desse período.

Capítulo I Definições, objecto e garantias do contrato

Cláusula 1.ª Definições

Para efeitos do presente contrato entende-se por:

Apólice: conjunto de Condições identificado na cláusula anterior e na qual é formalizado o contrato de seguro celebrado;

Zurich: a entidade legalmente autorizada para a exploração do seguro de Embarcações marítimas, lacustres e fluviais, que subscreve o presente contrato;

Tomador do Seguro: a pessoa ou entidade que contrata com a Zurich, sendo responsável pelo pagamento do prémio.

Segurado: a pessoa ou entidade titular do interesse seguro;

Embarcação de recreio: todo o engenho ou aparelho, de qualquer natureza, utilizado ou susceptível de ser utilizado como meio de deslocação de superfície na água em desportos náuticos ou em simples lazer;

Acidente: o acontecimento devido a causa súbita, externa, violenta e alheia à vontade do Tomador do Seguro, da Pessoa Segura e do Beneficiário, que produza lesões corporais, incapacidade temporária, invalidez permanente ou morte, clínica e

objectivamente constatadas.

Sinistro: a verificação, total ou parcial, do evento que desencadeia o accionamento da cobertura do risco prevista no contrato;

Terceiro: aquele que, em consequência de um sinistro coberto por este contrato, sofra um dano susceptível de, nos termos da lei civil e desta apólice, ser reparado ou indemnizado;

Lesão Corporal: ofensa que afecte a saúde física ou mental causando um dano.

Lesão Material: ofensa que afecte qualquer coisa móvel, imóvel ou animal, causando um dano.

Dano Patrimonial: Prejuízo que, sendo susceptível de avaliação pecuniária, deve ser reparado ou indemnizado.

Dano Não Patrimonial: Prejuízo que, não sendo susceptível de avaliação pecuniária, deve, no entanto, ser compensado através do cumprimento de uma obrigação pecuniária.

Fraude: congregação de actos ou factos ilícitos, praticados intencionalmente, com o fim de obter para si ou para outrem um benefício ilegítimo.

Franquia: Valor fixo que, em caso de sinistro, fica a cargo do Segurado e se encontra estipulado nas Condições Particulares, não sendo, no entanto, oponível a terceiros.

Cláusula 2.^a

Objecto e garantias do contrato

O presente contrato garante, nos termos e condições estabelecidas nesta apólice, a Responsabilidade Civil por danos patrimoniais e/ou não patrimoniais e, ainda os danos corporais causados a terceiros, pela embarcação de recreio segura identificada nas Condições Particulares.

Cláusula 3.^a

Âmbito da cobertura

1.

O presente contrato garante, até ao limite do capital fixado nas Condições Particulares, as indemnizações que possam legalmente recair sobre o Segurado, por responsabilidade civil, em consequência de danos patrimoniais e/ou não patrimoniais decorrentes de lesões corporais e/ou materiais causados a terceiros em consequência do uso da embarcação de recreio, identificada nas Condições Particulares.

2.

Poderá ainda ficar garantida, desde que contratado e mencionado nas Condições Particulares, a responsabilidade civil legalmente imputável aos desportistas em consequência do uso da Embarcação de Recreio segura no decurso de uma prova desportiva, com exclusão, no caso de se tratar de Embarcação de Recreio a motor, dos danos causados às pessoas e às embarcações participantes na respectiva prova;

3.

Tratando-se de Embarcação de Recreio à vela, as garantias do presente contrato são extensivas aos acontecimentos ocorridos quando a embarcação segura se encontre a participar em regatas, desde que os eventos desportivos não tenham carácter lucrativo e estejam integrados em organizações competitivas de natureza nacional federativa.

Cláusula 4.^a

Limite territorial

As garantias do presente contrato são válidas em todo o território nacional, abrangendo a zona económica exclusiva, o mar territorial e as águas interiores portuguesas, de acordo com as zonas de navegação que a embarcação esteja autorizada a praticar e que conste do registo das própria embarcação.

Capítulo II Das Exclusões

Cláusula 5.^a Exclusões

1.

Não ficam garantidos, em caso algum, mesmo que se tenha verificado a ocorrência de qualquer risco coberto pela presente apólice, os prejuízos que derivem directa ou indirectamente de:

a) Guerra declarada ou não, invasão, acto inimigo estrangeiro, greves, tumultos, actos de vandalismo, insurreições civis ou militares ou decisões de autoridade ou de forças usurpando a autoridade, assaltos ou actos de pirataria;

b) Actos de terrorismo,

c) Explosões, libertação de calor ou radiação provenientes de desintegração ou fusão de átomos, aceleração artificial de partículas ou radioactividade;

d) Da utilização da Embarcação de Recreio para fins ilícitos, que envolvam responsabilidade criminal;

e) Danos causados ao meio ambiente, em particular os causados directa ou indirectamente por poluição ou contaminação do solo, das águas ou da atmosfera;

f) Danos decorrentes de custas e de quaisquer outras despesas provenientes de procedimento criminal, de fianças, coimas, multas, taxas ou de outros encargos de idêntica natureza;

g) Perdas ou danos sofridos por pessoas que tenham conhecimento da posse ilegítima da embarcação de recreio segura e que de livre vontade nela se façam transportar;

h) Aos responsáveis pelo comando da embarcação;

i) Causados a sócios ou gerentes, de facto ou de direito, ou ainda aos empregados assalariados ou mandatários do Segurado quando ao serviço deste;

2.

Ficam igualmente excluídos das garantias do presente contrato:

a) Danos causados a pessoas cuja responsabilidade civil se encontra também a coberto desta apólice, ao Tomador do Seguro e/ou ao Segurado, bem como ao cônjuge, ascendentes, descendentes ou adoptados, ou outras pessoas que com eles coabitem ou vivam a seu cargo;

b) Danos causados à Embarcação de Recreio segura, salvo quando tenham sido contratadas as coberturas que os garantam, previstas na Parte II do Seguro Facultativo;

c) Despesas relacionadas com a remoção de destroços ou de salvados, sem prejuízo do disposto nas Condições Especiais, quando tenham sido contratadas;

d) Danos causados durante provas desportivas e respectivos treinos oficiais, salvo se for contratada a extensão de cobertura mencionada no n.º 2 da Cláusula 3.^a.

Capítulo III Início de efeitos, duração e vicissitudes do contrato

Cláusula 6.^a

Dever de declaração inicial do risco

1.

O Tomador do Seguro ou o Segurado está obrigado, antes da celebração do contrato, a declarar com exactidão todas as circunstâncias que conheça e razoavelmente deva ter por significativas para a apreciação do risco

pela Zurich.

2.

O disposto no número anterior é igualmente aplicável a circunstâncias cuja menção não seja solicitada em questionário eventualmente fornecido pela Zurich para o efeito.

3.

A Zurich tendo aceite o contrato, salvo havendo dolo do Tomador do Seguro ou do Segurado com o propósito de obter uma vantagem, não pode prevalecer-se:

a) Da omissão de resposta a pergunta do questionário;

b) De resposta imprecisa a questão formulada em termos demasiado genéricos;

c) De incoerência ou contradição evidente nas respostas ao questionário;

d) De facto que o seu representante, aquando da celebração do contrato, saiba ser inexacto ou, tendo sido omitido, conheça;

e) De circunstâncias conhecidas da Zurich, em especial quando são públicas e notórias.

4.

A Zurich, antes da celebração do contrato, deve esclarecer o eventual Tomador do Seguro ou o Segurado acerca do dever referido no n.º 1, bem como do regime do seu incumprimento, sob pena de incorrer em responsabilidade civil, nos termos gerais.

Cláusula 7.ª

Incumprimento doloso do dever de declaração inicial do risco

1.

Em caso de incumprimento doloso do dever referido no n.º 1 da cláusula anterior, o contrato é anulável mediante

declaração enviada pela Zurich ao Tomador do Seguro.

2.

Não tendo ocorrido sinistro, a declaração referida no número anterior deve ser enviada no prazo de três meses a contar do conhecimento daquele incumprimento.

3.

A Zurich não está obrigada a cobrir o sinistro que ocorra antes de ter tido conhecimento do incumprimento doloso referido no n.º 1 ou no decurso do prazo previsto no número anterior, seguindo-se o regime geral da anulabilidade.

4.

A Zurich tem direito ao prémio devido até ao final do prazo referido no n.º 2, salvo se tiver concorrido dolo ou negligência grosseira da Zurich ou do seu representante.

5.

Em caso de dolo do Tomador do Seguro ou do Segurado com o propósito de obter uma vantagem, o prémio é devido até ao termo do contrato.

Cláusula 8.ª

Incumprimento negligente do dever de declaração inicial do risco

1.

Em caso de incumprimento com negligência do dever referido no n.º 1 da cláusula 6.ª, a Zurich pode, mediante declaração a enviar ao Tomador do Seguro, no prazo de três meses a contar do seu conhecimento:

a) Propor uma alteração do contrato, fixando um prazo, não inferior a 14 dias, para o envio da aceitação ou, caso a admita, da contraproposta;

b) Fazer cessar o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos para a cobertura de riscos relacionados com o facto omitido

ou declarado inexactamente.

2.

O contrato cessa os seus efeitos 30 dias após o envio da declaração de cessação ou 20 dias após a recepção pelo Tomador do Seguro da proposta de alteração, caso este nada responda ou a rejeite.

3.

No caso referido no número anterior, o prémio é devolvido pro rata temporis atendendo à cobertura havida.

4.

Se, antes da cessação ou da alteração do contrato, ocorrer um sinistro cuja verificação ou consequências tenham sido influenciadas por facto relativamente ao qual tenha havido omissões ou inexactidões negligentes:

a) A Zurich cobre o sinistro na proporção da diferença entre o prémio pago e o prémio que seria devido, caso, aquando da celebração do contrato, tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexactamente;

b) A Zurich, demonstrando que, em caso algum, teria celebrado o contrato se tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexactamente, não cobre o sinistro e fica apenas vinculado à devolução do prémio.

Cláusula 9.^a

Agravamento do risco

1.

O Tomador do Seguro ou o Segurado tem o dever de, durante a execução do contrato, no prazo de 14 dias a contar do conhecimento do facto, comunicar à Zurich todas as circunstâncias que agravem o risco, desde que estas, caso fossem conhecidas pela Zurich aquando da celebração do contrato, tivessem podido influir na decisão de contratar ou nas condições do contrato.

2.

No prazo de 30 dias a contar do momento em que tenha conhecimento do agravamento do risco, a Zurich pode:

a) Apresentar ao Tomador do Seguro proposta de modificação do contrato, que este deve aceitar ou recusar em igual prazo, findo o qual se entende aprovada a modificação proposta;

b) Resolver o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

3.

A resolução do contrato por parte da Zurich produz efeitos 8 dias a contar da data da comunicação, podendo esta ser feita por qualquer meio do qual fique registo escrito.

Cláusula 10.^a

Sinistro e agravamento do risco

1.

Se antes da cessação ou da alteração do contrato nos termos previstos na cláusula anterior ocorrer o sinistro cuja verificação ou consequência tenha sido influenciada pelo agravamento do risco, a Zurich:

a) Cobre o risco, efectuando a prestação convencionada, se o agravamento tiver sido correcta e tempestivamente comunicado antes do sinistro ou antes de decorrido o prazo previsto no n.º 1 da cláusula anterior;

b) Cobre parcialmente o risco, reduzindo-se a sua prestação na proporção entre o prémio efectivamente cobrado e aquele que seria devido em função das reais circunstâncias do risco, se o agravamento não tiver sido correcta e tempestivamente comunicado antes do sinistro;

c) Pode recusar a cobertura em caso de comportamento doloso do Tomador do

Seguro ou do Segurado com o propósito de obter uma vantagem, mantendo direito aos prémios vencidos.

2.

Na situação prevista nas alíneas a) e b) do número anterior, sendo o agravamento do risco resultante de facto do Tomador do Seguro ou do Segurado, a Zurich não está obrigada ao pagamento da prestação se demonstrar que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

Capítulo IV

Pagamento e alteração dos prémios

Cláusula 11.^a

Vencimento dos prémios

1.

Salvo convenção em contrário, o prémio inicial, ou a primeira fracção deste, é devido na data da celebração do contrato.

2.

As fracções seguintes do prémio inicial, o prémio de anuidades subsequentes e as sucessivas fracções deste são devidas nas datas estabelecidas no contrato.

3.

A parte do prémio de montante variável relativa a acerto do valor e, quando seja o caso, a parte do prémio correspondente a alterações ao contrato são devidas nas datas indicadas nos respectivos avisos.

Cláusula 12.^a

Cobertura

A cobertura dos riscos depende do prévio pagamento do prémio.

Cláusula 13.^a

Aviso de pagamento dos prémios

1.

Na vigência do contrato, a Zurich deve avisar por escrito o Tomador do Seguro do

montante a pagar, assim como da forma e do lugar de pagamento, com uma antecedência mínima de 30 dias em relação à data em que se vence o prémio, ou fracções deste.

2.

Do aviso devem constar, de modo legível, as consequências da falta de pagamento do prémio ou de sua fracção.

3.

Nos contratos de seguro em que seja convencionado o pagamento do prémio em fracções de periodicidade igual ou inferior a três meses e em cuja documentação contratual se indiquem as datas de vencimento das sucessivas fracções do prémio e os respectivos valores a pagar, bem como as consequências do seu não pagamento, a Zurich pode optar por não enviar o aviso referido no n.º 1, cabendo-lhe, nesse caso, a prova da emissão, da aceitação e do envio ao Tomador do Seguro da documentação contratual referida neste número.

Cláusula 14.^a

Falta de pagamento dos prémios

1.

A falta de pagamento do prémio inicial, ou da primeira fracção deste, na data do vencimento, determina a resolução automática do contrato a partir da data da sua celebração.

2.

A falta de pagamento do prémio de anuidades subsequentes, ou da primeira fracção deste, na data do vencimento, impede a prorrogação do contrato.

3.

A falta de pagamento determina a resolução automática do contrato na data do vencimento de:

a) Uma fracção do prémio no decurso de uma anuidade;

b) Um prémio adicional resultante de uma modificação do contrato fundada num

agravamento superveniente do risco.

4.

O não pagamento, até à data do vencimento, de um prémio adicional resultante de uma modificação contratual determina a ineficácia da alteração, subsistindo o contrato com o âmbito e nas condições que vigoravam antes da pretendida modificação, a menos que a subsistência do contrato se revele impossível, caso em que se considera resolvido na data do vencimento do prémio não pago.

**Cláusula 15.^a
Alteração do prémio**

Não havendo alteração no risco, qualquer alteração do prémio aplicável ao contrato apenas pode efectuar-se no vencimento anual seguinte.

**Capítulo V
Início de efeitos, duração e
vicissitudes do contrato**

**Cláusula 16.^a
Início da cobertura e de efeitos**

1.

O dia e hora do início da cobertura dos riscos são indicados no contrato, atendendo ao previsto na cláusula 12.^a.

2.

O fixado no número anterior é igualmente aplicável ao início de efeitos do contrato, caso distinto do início da cobertura dos riscos.

**Cláusula 17.^a
Duração**

1.

O contrato indica a sua duração, podendo ser por um período certo e determinado (seguro temporário) ou por um ano prorrogável por novos períodos de um ano.

2.

Os efeitos do contrato cessam às 24 horas do último dia do seu prazo

3.

A prorrogação prevista no n.º 1 não se efectua se qualquer das partes denunciar o contrato com 30 dias de antecedência mínima em relação à data da prorrogação, ou se o Tomador do Seguro não proceder ao pagamento do prémio.

**Cláusula 18.^a
Resolução do contrato**

1.

O contrato pode ser resolvido pelas partes a todo o tempo, havendo justa causa, mediante correio registado.

2.

O montante do prémio a devolver ao Tomador do Seguro em caso de cessação antecipada do contrato é calculado proporcionalmente ao período de tempo que decorreria da data da cessação da cobertura até ao vencimento do contrato, salvo convenção de cálculo diverso pelas partes em função de razão atendível, como seja a garantia de separação técnica entre a tarificação dos seguros anuais e a dos seguros temporários.

3.

A resolução do contrato produz os seus efeitos às 24 horas do dia em que seja eficaz.

4.

Sempre que o Tomador do Seguro não coincida com o Segurado, a Zurich deve avisar o Segurado da resolução do contrato logo que possível, no máximo até 20 dias após a não renovação ou resolução.

5.

A resolução do contrato por parte da Zurich produz efeitos 8 dias a contar da data da comunicação, podendo esta ser

feita por qualquer meio do qual fique registo escrito.

Cláusula 19º **Alienação da embarcação** **de recreio segura**

1.

No caso de venda ou transmissão de propriedade da embarcação segura é indispensável para que a Zurich fique obrigada para com o novo proprietário ou interessado, que essa transferência lhe seja previamente comunicada pelo Tomador do Seguro, pelo Segurado ou pelos seus legais representantes e que a Zurich concorde com a manutenção do contrato e emita a respectiva acta adicional.

2.

Na falta da comunicação prevista no número anterior ou se a Zurich não concordar com a sua manutenção, cessa os efeitos da apólice, às 24 horas do próprio dia da alienação.

3.

O falecimento do Tomador do Seguro, não anula esta apólice, passando os respectivos direitos e obrigações para os seus herdeiros, em conformidade com a lei.

Cláusula 20.ª **Transmissão de direitos**

Salvo convenção em contrário, o falecimento do Tomador do Seguro não faz caducar o contrato, sucedendo os seus herdeiros nos respectivos direitos e obrigações nos termos da lei.

Capítulo VI **Prestação principal da Zurich**

Cláusula 21ª **Limites da prestação**

1.

A responsabilidade da Zurich é sempre limitada à importância máxima fixada nas Condições Particulares da apólice,

seja qual for o número de pessoas lesadas por um sinistro, e corresponde, em cada momento, pelo menos ao capital mínimo obrigatório.

2.

Salvo convenção em contrário, estabelecida nas Condições Particulares:

a) Quando a indemnização atribuída aos lesados for igual ou exceder o capital seguro, a Zurich não responde pelas despesas judiciais;

b) Quando a indemnização atribuída aos lesados for inferior, a Zurich responde pela indemnização e pelas mesmas despesas até ao limite do capital seguro;

Cláusula 22.ª **Insuficiência do capital**

1.

Se existirem vários lesados pelo mesmo sinistro com direito a indemnizações que, na sua globalidade, excedam o montante do capital seguro, os direitos dos lesados contra a Zurich reduzem-se proporcionalmente até à concorrência daquele montante.

2.

A Zurich que, de boa fé e por desconhecimento da existência de outras pretensões, tiver liquidado a um lesado uma indemnização de valor superior à que lhe competiria nos termos do número anterior, não fica obrigado para com os outros lesados senão até perfazer a parte restante do capital seguro.

Cláusula 23.ª **Franquia**

1.

A franquia aplicável, fixada nas Condições Particulares, a cargo do Tomador do Seguro ou do Segurado, será constituída por um valor percentual a incidir sobre o montante da indemnização devida a terceiros, não sendo, porém, esta limitação de garantia oponível a estes.

2.
Compete à Zurich, em caso de pedido de indemnização de terceiros, responder integralmente pela indemnização devida, sem prejuízo do direito a ser reembolsado pelo obrigado nos termos do previsto no n.º 1 do valor da franquia aplicada.

Cláusula 24.^a
Pluralidade de seguros

1.
Quando um mesmo risco relativo ao mesmo interesse e por idêntico período esteja seguro por vários Seguradores o tomador do seguro ou o Segurado deve informar dessa circunstância A Zurich, logo que tome conhecimento da sua verificação, bem como aquando da participação do sinistro.

2.
A omissão fraudulenta da informação referida no número anterior exonera A Zurich da respectiva prestação.

3.
O sinistro verificado no âmbito dos contratos referidos no n.º 1 é indemnizado por qualquer dos Seguradores, à escolha do Segurado, dentro dos limites da respectiva obrigação.

4.
O previsto no n.º 2 não é oponível pela Zurich ao lesado.

Capítulo VII
Obrigações e direitos das partes

Cláusula 25.^a
Obrigações do Tomador do Seguro e do Segurado

1.
Em caso de sinistro coberto pelo presente contrato, o Tomador do Seguro ou o Segurado, sob pena de responderem por perdas e danos, obrigam-se:

a) A comunicar tal facto, por escrito, à Zurich, no mais curto prazo de tempo possível, nunca superior a 8 dias a contar do dia da ocorrência ou do dia em que tenha conhecimento da mesma, fornecendo todas as indicações e provas documentais e ou testemunhais relevantes para uma correcta determinação das responsabilidades;

b) A tomar as medidas ao seu alcance no sentido de evitar ou limitar as consequências do sinistro;

c) A prestar à Zurich as informações relevantes que este solicite relativas ao sinistro e às suas consequências.

d) A não prejudicar o direito de sub-rogação da Zurich nos direitos do Segurado contra o terceiro responsável pelo sinistro, decorrente da cobertura do sinistro por aquele.

2.
O Tomador do Seguro e o Segurado não podem, sob pena de responderem por perdas e danos:

a) Abonar extra-judicialmente a indemnização reclamada ou adiantar dinheiro, por conta, em nome ou sob a responsabilidade da Zurich, sem a sua expressa autorização;

b) Dar ocasião, ainda que por omissão ou negligência, a sentença favorável a terceiro ou, quando não der imediato conhecimento à Zurich, a qualquer procedimento judicial intentado contra ele por motivo de sinistro a coberto da apólice;

c) Prejudicar o direito de sub-rogação da Zurich nos direitos do Segurado contra o terceiro responsável pelo sinistro, decorrente da cobertura do sinistro por aquele.

3.
O Tomador do Seguro e o Segurado obrigam-se ainda:

a) Manter a Embarcação de Recreio munida de toda a documentação necessária e em boas condições de navegabilidade, de acordo com a legislação em vigor;

b) Respeitar os limites impostos por lei à navegação da embarcação segura, nomeadamente a Zona de Navegação que conste do seu registo;

c) Comunicar de imediato à Zurich, por escrito, qualquer alteração à zona de navegação que a embarcação segura esteja autorizada a praticar;

d) Não proceder à modificação da Embarcação Segura, salvo se tiver sido requerida pelo construtor às autoridades competentes e estas expressamente a autorizarem, e for dado prévio conhecimento da modificação à Zurich. Entende-se por modificação, qualquer alteração às dimensões principais da Embarcação segura ou à sua compartimentação, arranjo, armação vélica, potência propulsora e lotação;

e) Cumprir as prescrições de segurança que sejam impostas por lei, regulamentos ou cláusulas deste contrato.

f) Participar, logo após a sua ocorrência, o sinistro às autoridades competentes;

4.
O incumprimento do previsto nas alíneas a) a c) do n.º 1 determina, salvo o previsto no número seguinte:

a) A redução da prestação da Zurich atendendo ao dano que o incumprimento lhe cause;

b) A perda da cobertura se for doloso e tiver determinado dano significativo para a Zurich.

5.
O disposto no número anterior não é oponível pela Zurich ao lesado.

6.
No caso do incumprimento do previsto na alínea a) do n.º 1, a sanção prevista no n.º 4 não é aplicável quando a Zurich tiver conhecimento do sinistro por outro meio durante os 8 dias previstos nessa alínea, ou o obrigado prove que não poderia razoavelmente ter procedido à comunicação devida em momento anterior àquele em que o fez.

7.
O incumprimento do previsto na alínea d) do n.º 1 determina a responsabilidade por perdas e danos do incumpridor até ao limite da indemnização paga pela Zurich.

Cláusula 26.^a **Obrigação de reembolso pela Zurich das despesas havidas com o afastamento e mitigação do sinistro**

1.
A Zurich paga ao Tomador do Seguro ou ao Segurado as despesas efectuadas em cumprimento do dever fixado na alínea b) do n.º 1 da cláusula anterior, desde que razoáveis e proporcionadas, ainda que os meios empregados se revelem ineficazes.

2.
As despesas indicadas no número anterior devem ser pagas pela Zurich antecipadamente à data da regularização do sinistro, quando o Tomador do Seguro ou o Segurado exija o reembolso, as circunstâncias o não impeçam e o sinistro esteja coberto pelo seguro.

3.
O valor devido pela Zurich nos termos do n.º 1 é deduzido ao montante do capital seguro disponível, salvo se corresponder a despesas efectuadas em cumprimento de determinações concretas da Zurich ou a sua cobertura autónoma resultar do contrato.

Cláusula 27.^a

Defesa jurídica

1.
A Zurich pode intervir em qualquer processo judicial ou administrativo em que se discuta a obrigação de indemnizar cujo risco seja objecto do contrato, suportando os custos daí decorrentes.

2.
O Segurado deve prestar à Zurich toda a informação que razoavelmente lhe seja exigida e abster-se de agravar a posição substantiva ou processual da Zurich.

3.
Quando o Segurado e o lesado tiverem contratado um seguro com a Zurich ou existindo qualquer outro conflito de interesses, a Zurich deve dar a conhecer aos interessados tal circunstância.

4.
No caso previsto no número anterior, o Segurado, frustrada a resolução do litígio por acordo, pode confiar a sua defesa a quem entender, assumindo a Zurich, salvo convenção em contrário, os custos daí decorrentes proporcionais à diferença entre o valor proposto pela Zurich e aquele que o Segurado obtenha.

5.
São inoponíveis à Zurich que não tenha dado o seu consentimento tanto o reconhecimento, por parte do Segurado, do direito do lesado como o pagamento da indemnização que a este seja efectuado.

Cláusula 28.^a

Obrigações da Zurich

1.
A Zurich substitui o Segurado na regularização amigável ou litigiosa de qualquer sinistro que, ao abrigo do presente contrato, ocorra durante o período de vigência do mesmo, suportando, até ao limite do capital seguro, as despesas, incluindo as judiciais, decorrentes da regularização, e sujeitando-se, para o efeito, à acção directa de terceiros lesados ou

respectivos herdeiros.

2.
As averiguações e peritagens necessárias ao reconhecimento do sinistro e à avaliação dos danos, devem ser efectuadas pela Zurich com a adequada prontidão e diligência, sob pena de responder por perdas e danos.

3.
A Zurich deve pagar a indemnização, ou autorizar a reparação do dano, logo que concluídas as investigações e peritagens necessárias ao reconhecimento da responsabilidade do Segurado e à fixação do montante dos danos.

4.
Decorridos 30 dias das conclusões previstas no número anterior sem que haja sido paga a indemnização ou autorizada a reparação do dano, por causa não justificada ou que seja imputável a Zurich, são devidos juros à taxa legal em vigor sobre, respectivamente, o montante daquela ou o preço médio a valores de mercado da reparação do dano.

Cláusula 29.^a

Direito de regresso

1.
O presente contrato deixará de produzir os seus efeitos, podendo a Zurich exigir do Segurado um montante igual ao valor das indemnizações que tiver pago em consequência de acidentes participados e que tenham acontecido em consequência de:

a) Incumprimento do previsto nas alíneas a) a c) da cláusula 26.^a.

b) Não ter sido assegurada a navegabilidade da embarcação segura, em perfeitas condições de segurança;

c) Ter sido dado destino ou uso diferente da embarcação do mencionado nas Condições Particulares;

d) Ter sido dolosamente provocado pelo Tomador do Seguro, Segurado ou por quem estes sejam civilmente responsáveis;

e) O Tomador do Seguro ou o Segurado serem autores ou cúmplices de furto, de roubo ou de furto de uso da embarcação causadora do acidente;

f) Tendo a seu cargo o governo da embarcação, não esteja para tanto legalmente habilitado ou não cumpra as normas de segurança ou a legislação aplicável à embarcação, ou utilize a embarcação para fins não permitidos por lei ou pelo contrato de seguro, salvo em caso de assistência ou de salvamento de embarcações ou de pessoas em perigo;

g) Agir sob a influência do álcool, estupefacentes, produtos tóxicos ou de outras drogas ou que abandonem os sinistrados.

Capítulo VIII

Disposições diversas

Cláusula 30.^a

Intervenção de Mediador de seguros

1. Nenhum Mediador de seguros se presume autorizado a, em nome da Zurich, celebrar ou extinguir contratos de seguro, a contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou a validar declarações adicionais, salvo o disposto nos números seguintes.

2. Pode celebrar contratos de seguro, contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou validar declarações adicionais, em nome da Zurich, o Mediador de seguros ao qual a Zurich tenha conferido, por escrito, os necessários poderes.

3. Não obstante a carência de poderes específicos para o efeito da parte do Mediador de seguros, o seguro considera-se eficaz quando existam razões ponderosas, objectivamente apreciadas, tendo em conta as circunstâncias do caso, que justifiquem a confiança do Tomador do Seguro de boa fé na legitimidade do mediador, desde que o Zurich tenha igualmente contribuído para

fundar a confiança do Tomador do Seguro.

Cláusula 31.^a

Comunicações e notificações entre as partes

1. As comunicações ou notificações do Tomador do Seguro ou do Segurado previstas nesta apólice consideram-se válidas e eficazes caso sejam efectuadas para a Zurich Insurance plc, sucursal em Portugal.

2. São igualmente válidas e eficazes as comunicações ou notificações feitas, nos termos do número anterior, para o endereço do representante da Zurich não estabelecido em Portugal, relativamente a sinistros abrangidos por esta apólice.

3. As comunicações previstas no presente contrato devem revestir forma escrita ou ser prestadas por outro meio de que fique registo escrito.

4. A Zurich só está obrigada a enviar as comunicações previstas no presente contrato se o destinatário das mesmas estiver devidamente identificado no contrato, considerando-se validamente efectuadas se remetidas para o respectivo endereço constante da apólice.

Cláusula 32.^a

Eficácia em relação a terceiros

As excepções, nulidades e demais disposições que, de acordo com o presente contrato ou com a lei, sejam oponíveis ao Tomador do Seguro ou ao Segurado, sê-lo-ão igualmente em relação a terceiros que tenham direito a beneficiar deste contrato.

Cláusula 33.^a

Sub-rogação

1. A Zurich, uma vez paga a indemnização, fica sub-rogada, na medida do montante pago,

nos direitos do Segurado contra o terceiro responsável pelo sinistro.

2.

O Tomador do Seguro ou o Segurado responde, até ao limite da indemnização paga pela Zurich, por acto ou omissão que prejudique os direitos previstos no número anterior.

Cláusula 34.^a Lei aplicável

Salvo disposição em contrário, a lei aplicável a este contrato é a lei portuguesa.

Cláusula 35.^a Modo de efectuar reclamações e arbitragem

1.

As reclamações poderão ser efectuadas através de correio electrónico ou postal para Zurich Insurance plc, sucursal em Portugal ou para a sua sede na Irlanda (Dublin).

2.

A autoridade de supervisão da actividade seguradora é o Instituto de Seguros de Portugal. (www.isp.pt)

3.

Nos litígios surgidos ao abrigo deste contrato pode haver recurso à arbitragem, a efectuar nos termos da lei.

Cláusula 36.^a Casos omissos

Nos casos omissos no presente contrato recorrer-se-á à legislação aplicável.

Cláusula 37.^a Foro

O foro competente para dirimir os litígios emergentes deste contrato é o fixado na lei civil.

Parte II Do Seguro Facultativo de Embarcações de Recreio

Cláusula 38.^a Disposições gerais

O Seguro Facultativo de Embarcações de Recreio rege-se pelo disposto nas Condições Particulares e nas Condições Especiais contratadas, bem como pelo disposto nas presentes Condições Gerais do Seguro Facultativo de Embarcações de Recreio - Parte II- e, no que não estiver especificamente regulado, pelas Condições Gerais do Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil - Parte I-.

Cláusula 39.^a Definições

1.

Valor de Novo: Preço de venda ao público da embarcação segura, em Portugal considerando todos os impostos e encargos aplicáveis e sem quaisquer descontos comerciais, acrescido do valor dos extras não integrados de origem, caso se pretender inclui-los no seguro.

2.

Perda Total: Desaparecimento físico da Embarcação de Recreio, totalmente tragada pelo mar em consequência de naufrágio, directamente resultante de incêndio casual e/ou explosão a bordo de máquinas, motores, caldeiras, ou de eventos fortuitos englobados no conceito de fortuna de mar, como abaloamento, encalhe e submersão. Considera-se, igualmente, perda total a situação em que a embarcação, sendo atingida por qualquer dos eventos antes mencionados, continua a existir fisicamente, não obstante ser inviável a sua reposição no estado em que se encontrava no momento anterior à ocorrência do evento, por o custo da reparação ser igual ou superior ao valor seguro.

Para esta avaliação, apenas será tomado em consideração o custo referente a um único acidente ou sequência de danos resultantes do mesmo acidente;

A perda total de máquinas ou motores, mastros, velas, aparelhos de comunicação, instrumentos náuticos, apetrechos, botes auxiliares, balsas, equipamento de salvação e outro equipamento existente a bordo, devidamente identificado e valorizado nas Condições Particulares, só fica garantida quando essa perda total se verifique conjuntamente com a perda total da Embarcação de Recreio.

3.

Danos Parciais: Danos causados à embarcação segura, em consequência de sinistro coberto pelo contrato, passíveis de reparação por não se enquadrarem na definição de Perda Total.

Cláusula 40.^a Coberturas facultativas

Mediante convenção expressa e o pagamento do respectivo sobreprémio, o âmbito do presente contrato pode ser alargado, nos termos das correspondentes Condições Especiais, aos seguintes riscos:

- Responsabilidade Civil Facultativa
- Danos Materiais da Própria Embarcação de Recreio;
- Ocupantes da Embarcação de Recreio;
- Fenómenos Sísmicos;
- Greves, Tumultos e Alterações de Ordem Pública;
- Objectos de Uso Pessoal
- Assistência à Embarcação de Recreio

Cláusula 41.^a Âmbito territorial

Salvo disposição em contrário mencionada nas Condições Particulares, o limite territorial para as coberturas contratadas no âmbito do Seguro Facultativo é o definido na Cláusula 4.^a do Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil - Parte I-, sem prejuízo de quanto se estabelece nas respectivas Condições Especiais.

Cláusula 42.^a

Exclusões próprias do seguro facultativo

1.

Além das exclusões gerais previstas no Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil -Parte I- e nas exclusões próprias de cada Condição Especial, ficam também excluídos os prejuízos que resultem de:

a) Actos ou omissões praticadas pelo Tomador do Seguro ou pela Pessoa Segura sob a influência de estupefacentes fora de prescrição médica, em estado de embriaguês ou quando for detectado um grau de alcoolémia no seu sangue superior ao permitido por lei;

b) Actos ou omissões dolosos ou gravemente negligentes praticados pelo Tomador do Seguro, Segurado ou Pessoas Seguras, Beneficiários ou por pessoas por quem sejam civilmente responsáveis;

c) As perdas ou danos que decorram directa ou indirectamente de acordo, contrato particular ou compromisso, na medida em que a responsabilidade daí resultante exceda a que o Segurado estaria legalmente obrigado na ausência de tal acordo, contrato ou compromisso.

2.

Excepto quando expressamente se garantam os riscos em causa, o presente contrato não cobre os danos e os prejuízos que derivem directa ou indirectamente de:

- Responsabilidade Civil Facultativa
- Danos Materiais da Própria Embarcação de Recreio;
- Ocupantes da Embarcação de Recreio;
- Fenómenos Sísmicos;
- Greves, Tumultos e Alterações de Ordem Pública;
- Objectos de Uso Pessoal
- Assistência à Embarcação de Recreio

Cláusula 43.^a

Franquia

A franquia será sempre deduzida no momento do pagamento da indemnização, ainda que a Zurich o realize directamente à entidade reparadora ou a qualquer outra.

Cláusula 44.^a

Regra proporcional

Salvo convenção em contrário, expressa nas Condições Particulares, se o capital seguro pelo presente contrato for, para a embarcação segura, na data do sinistro, inferior ao valor venal, o Segurado responderá pela parte proporcional dos prejuízos, como se fosse Segurador do excedente. Sendo, pelo contrário, tal quantia superior, o seguro só é válido até à concorrência do seguro.

Cláusula 45.^a

Valor da indemnização

1.
Em caso de perda total, o valor da indemnização corresponderá ao valor seguro à data do sinistro, deduzido da franquia contratualmente aplicável e, se for o caso, do valor atribuído à embarcação de recreio após o sinistro, aqui designado por salvo.

2.
Em caso de perda parcial, as reparações a suportar pela Zurich terão como limite o valor máximo de indemnização previsto para o caso de Perda Total, nos termos do número anterior.

Cláusula 46.^a

Redução e/ou reposição de capital

1.
No caso de sinistro, o montante da indemnização será abatido ao capital seguro, ficando este reduzido daquele valor desde a data do sinistro até ao vencimento anual do contrato.

2.

O Tomador do Seguro pode repor o capital através do pagamento de um prémio suplementar correspondente ao capital reposto e ao período de tempo não decorrido, até ao vencimento anual do contrato.

Cláusula 47.^a

Redução ou extinção das coberturas

1.

Qualquer das partes contratantes pode, a todo o tempo, reduzir ou retirar do contrato as coberturas facultativas contratadas, mediante comunicação escrita dirigida à outra parte com uma antecedência mínima de 30 dias.

2.

Sempre que o Tomador do Seguro não coincida com o Segurado, este deve ser avisado, com 30 dias de antecedência, da redução ou extinção das coberturas contratadas.

3.

No caso de haver direitos ressalvados nos termos do artigo anterior, a comunicação deverá também ser enviada às pessoas ou entidades respectivas.

4.

Salvo convenção expressa em contrário:

a) Quando a redução ou extinção for da iniciativa da Zurich, o prémio a devolver ao Tomador do Seguro será calculado proporcionalmente ao período de tempo que falta decorrer até ao vencimento do contrato;

b) Quando a redução ou extinção for da iniciativa do Tomador do Seguro, o prémio a devolver àquele será calculado com base no prémio que seria devido se o seguro tivesse sido contratado como seguro temporário.

Cláusula 48.^a

Direitos ressalvados

Quando a Zurich haja aceite a ressalva de direitos a favor de pessoas ou entidades

indicadas nas Condições Particulares, com domicílio também mencionado nas Condições Particulares e enquanto tal se mantiver, a liquidação dos sinistros relativa às coberturas contratadas não poderá ser efectuada sem o prévio acordo das referidas pessoas ou entidades.

Cláusula 49.^a

Direito de regresso

Para além das situações previstas na Cláusula 31.^a do Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil - Parte I-, subsiste o direito de regresso da Zurich, contra qualquer pessoa ou entidade, em todos os demais casos em que legalmente esse direito possa existir.

Cláusula 50.^a

Compensação de créditos

Em caso de sinistro, a Zurich reserva o direito de cobrar ou descontar, na indemnização devida ao Tomador do Seguro, o pagamento dos prémios eventualmente em dívida e das fracções vincendas.

Cláusula 51.^a

Ónus da prova

Impende sobre o Segurado o ónus da prova da veracidade da reclamação e do seu interesse legal nos bens seguros, podendo a Zurich exigir-lhe todos os meios de prova adequados e que estejam ao seu alcance.

Cláusula 52.^a

Sub-rogação

A Zurich uma vez paga a indemnização, fica sub-rogada nos respectivos direitos contra os causadores ou outros responsáveis pelos prejuízos, podendo exigir que a sub-rogação seja expressamente outorgada no acto do pagamento e, recusar este, se tal lhe for negado, bem como exigir que lhe seja entregue quitação devidamente autenticada notarialmente.

Condições especiais

001.- Responsabilidade civil facultativa

Cláusula 1ª Objecto do seguro

Fica expressamente convencionado que nos termos, condições e exclusões desta Condição Especial, a presente apólice garante a Cobertura Complementar de Responsabilidade Civil para além do montante legalmente exigido quanto à obrigação de segurar.

Cláusula 2ª Exclusões

Para efeitos da presente Condição Especial aplicam-se as exclusões constantes da Cláusula 5.ª das Condições Gerais, Parte I do Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil

002.- Danos materiais da própria embarcação

Cláusula 1ª Objecto do seguro

1.
Fica expressamente convencionado que nos termos, condições e exclusões desta Condição Especial, a presente apólice garante os danos materiais na embarcação de recreio segura, quando flutuando, em terra, ou a ser colocada ou retirada da água, originados ou em consequência de:

a) Incêndio, raio, explosão, tempestades, encalhe, submersão, abaloamento, colisão ou choque com qualquer objecto fixo ou flutuante;

b) gastos de salvamento decorrentes dos riscos mencionados em a);

c) Roubo da embarcação de recreio segura e/ou dos meios de salvação ou roubo dos acessórios fixos.

Fica(m) igualmente abrangido(s) o(s) motor(es) fora de borda desde que se encontre(m) munido(s) de dispositivos anti-roubo em complemento do seu sistema de fixação à embarcação de recreio.

d) Choque, colisão ou capotamento, incêndio raio ou explosão, aluimento de terras, abatimento de estradas, quebra de chassis, eixos ou da lança de reboque, e perda das rodas do veículo rebocador ou do atrelado, durante o transporte efectuado em terra e desde que sejam respeitadas as condições legais em vigor para o transporte por via terrestre.

e) Pela colocação ou retirada da água, devido a quebra do cabo de guindaste, guincho ou outro meio adequado ou por avaria eléctrica ou mecânica nesse mesmo aparelho;

f) As despesas efectuadas pelo Segurado para a salvaguarda e protecção da embarcação de recreio segura em caso de perigo, incluindo o reboque ou transporte para lugar seguro, até ao limite de 10% do valor seguro.

2.

Para efeitos da presente Condição Especial entende-se por:

Incêndio - Combustão accidental, com desenvolvimento de chamas, estranha a uma fonte normal de fogo, ainda que nesta possa ter origem, e que se pode propagar pelos seus próprios meios.

Queda de Raio – Descarga atmosférica ocorrida entre a nuvem e o solo, consistindo em um ou mais impulsos de corrente que conferem ao fenómeno uma luminosidade característica (raio) e que provoquem deformações mecânicas permanentes no veículo seguro.

Explosão - Acção súbita e violenta da pressão ou depressão de gás ou de vapor.

Tempestade – A força do vento que medida na escala de Beaufort atinja valores iguais ou superiores a 7 (sete).

Encalhe – A paragem forçada da embarcação de recreio, em consequência de um choque fortuito com um baixio, um rochedo ou qualquer outro obstáculo, no mar ou na costa, e que nele fique presa sem flutuar durante um certo período de tempo.

Submersão – O afundamento da embarcação de recreio resultante de um evento fortuito em local susceptível de salvamento, acompanhado de imobilização da mesma.

Abalroamento – O choque ou a colisão fortuita entre duas ou mais embarcações.

Cláusula 2ª **Exclusões**

1.

Além das exclusões previstas nas Cláusulas 5ª e 43.ª desta Apólice, não ficam garantidos, em caso algum, as perdas ou danos em consequência de:

a) Sinistros quando o veículo rebocador seja conduzido por pessoa que, para o efeito, não esteja legalmente habilitada;

b) Sinistros causados por um veículo rebocador quando não tiverem sido cumpridas as disposições sobre a inspecção obrigatória ou outras relativas à homologação do veículo, excepto se for feita prova de que o sinistro não foi provocado ou agravado pelo mau estado do veículo, nem por causa conexa com a falta de homologação;

c) Sinistros causados por inadequação do meio de transporte, excesso de peso ou mau acondicionamento da embarcação de recreio;

d) Circulação em locais reconhecidos

como não acessíveis ao veículo rebocador ou ao conjunto rebocado;

e) Pilotagem da embarcação de recreio por pessoa não habilitada legalmente;

f) Perdas consequenciais de qualquer natureza, tais como, lucros cessantes, perda de benefícios ou danos decorrentes da paralisação da embarcação de recreio;

g) Inavegabilidade da embarcação de recreio;

h) Defeito de fabrico e/ou de desenho, reparação, montagem ou afinação, vício próprio, desgaste, estado de uso ou depreciação, deficiência, defeitos latentes ou ocultos, e/ou de manutenção da embarcação de recreio;

i) Fenómenos químicos ou electroquímicos, incluindo corrosão catódica, electrolítica ou qualquer outra;

j) Vermes, moluscos, caruncho ou quaisquer outros insectos;

k) Utilização da embarcação de recreio, e/ou do(s) respectivo(s) motor(es), que não estejam registados nos termos da legislação em vigor, bem como em violação da legislação, regulamentos legais de navegação e regulamentos especiais dos portos e capitánias, aplicáveis à utilização de embarcações de recreio;

l) Atracagem ou tentativa da mesma, em lugar que não satisfaça as condições técnicas e de segurança indispensáveis, salvo devido a motivo de força maior;

m) Deficientes ou inadequadas condições de amarração;

n) Custo de reparação ou substituição de máquinas, motores, quadros eléctricos ou outros equipamentos, se o sinistro for por estes provocados.

2.
Ficam igualmente excluídas as perdas ou danos:

a) Em pinturas de letras, desenhos, emblemas, dísticos ou reclamos, quando não for feita a sua menção e valorização nas Condições Particulares, desde que estas não façam parte integral da construção original ou concepção da embarcação, quando comercializada em novo;

b) Causados nos mastros, velames e aparelhos, de embarcações à Vela, resultantes da acção do vento, da água ou de qualquer outro fenómeno atmosférico;

c) Causadas por incêndio e/ou explosão em consequência de transporte de materiais inflamáveis e/ou explosivos, exceptuando a reserva de combustível necessária ao abastecimento da embarcação;

d) Sofridos pelo motor, acessórios ou equipamento, salvo se resultarem de encalhe, afundamento, incêndio ou colisão da embarcação com qualquer objecto fixo ou flutuante;

e) Pela queda à água de motores fora de borda;

Cláusula 3ª **Valor seguro**

1.
Os valores máximos garantidos pela Zurich são os que expressamente se mencionam nas Condições Particulares.

2.
Salvo convenção em contrário expressa nas Condições Particulares, a determinação do valor seguro deve corresponder aos seguintes critérios:

2.1-
Embarcações de Recreio Novos: O valor seguro deverá corresponder ao seu Valor em

Novo tal como definido no nº 1 da Cláusula 41ª;

2.2-

Embarcações de Recreio Usadas: O valor seguro deverá corresponder, em qualquer momento da vigência do contrato ao seu valor venal, ou seja ao valor de usado, atribuído pelo representante da marca, ou na sua ausência, ao preço médio praticado por empresas do ramo, para a embarcação de recreio da mesma marca, modelo, data de fabrico e uso, cujo estado de conservação seja idêntico ao da embarcação de recreio segura.

Cláusula 4ª **Franquia**

Fica, no entanto, estabelecido que em cada sinistro, haverá sempre que deduzir à indemnização que couber à Zurich liquidar, a franquia declarada nas Condições Particulares.

003.- Ocupantes de embarcações

Cláusula 1ª **Objecto do seguro**

1.
Fica expressamente convencionado que nos termos, condições e exclusões desta Condição Especial, a presente apólice garante o pagamento das indemnizações fixadas nas Condições Particulares, em consequência de acidente acontecido às Pessoas Seguras:

a) quando se encontrem a bordo;

b) entrando ou saindo da embarcação de recreio;

c) envolvidos na operação de colocação ou retirada da embarcação de recreio da água, desde que utilizados os meios adequados.

2.

Mediante convenção expressa e o pagamento do respectivo sobreprémio, o âmbito do presente contrato pode ser alargado, nos termos das correspondentes Condições Especiais, às indemnizações devidas por Prática de esqui aquático, quando rebocados pela embarcação segura, mediante o pagamento do respectivo sobreprémio e desde que expressamente mencionado nas Condições Particulares.

Cláusula 2ª Definições

Para efeitos da presente garantia entende-se por:

Pessoas Seguras: Todos os ocupantes da embarcação de recreio identificada nas Condições Particulares:

Beneficiário: A pessoa singular ou colectiva a quem é paga a indemnização no caso de morte da Pessoa Segura

Acidente: O acontecimento fortuito, súbito e anormal devido a causa exterior e estranha à vontade da Pessoa Segura e que nesta origine danos ou lesões corporais. Para efeitos da presente Condição Especial consideram-se também acidentes:

- As infecções nas quais o vírus tenha penetrado por um ferimento proveniente de um acidente coberto por esta Condição Especial;
- As luxações, distensões e roturas de músculos ou tendões provocados por esforço súbito;
- A asfixia de forma involuntária resultante de imersão, explosão ou acção rápida e imprevista de quaisquer gases;
- As consequências de raio ou descargas eléctricas.

Invalidez Permanente: Perda anatómica ou impotência funcional de membros ou órgãos, susceptível de constatação médica objectiva, sobrevinda em consequência de lesões corporais produzidas por um acidente

coberto pela presente Condição Especial.

Incapacidade Temporária: A impossibilidade física e temporária, susceptível de constatação médica, de a Pessoa Segura exercer a sua actividade normal, sobrevinda em consequência de lesões produzidas por acidente garantido pela presente Condição Especial.

Cláusula 3ª Limite territorial

As garantias desta Condição Especial produzem efeitos na Zona de Navegação mencionada nas Condições Particulares.

Cláusula 4ª Riscos cobertos

**1.
A presente Condição Especial cobre os seguintes riscos:**

a) Morte ou Invalidez Permanente

b) Despesas de Tratamento

c) Despesas de Funeral

**2.
Na cobertura a) o risco de Morte e o de Invalidez Permanente não são cumuláveis, pelo que, se a Pessoa Segura falecer em consequência de acidente, ocorrido no decurso de 2 (dois) anos a contar da data do mesmo, à indemnização por morte será abatido o valor da indemnização por Invalidez Permanente que eventualmente lhe tenha sido atribuída ou paga relativamente ao mesmo acidente.**

Cláusula 5ª Exclusões

**1.
Além das exclusões previstas nas Cláusulas 5ª e 43ª desta Apólice, não ficam garantidos, em caso algum, as perdas ou danos:**

a) Por se encontrar excedida a lotação

legal da embarcação;

b) Verificados em consequência da embarcação sair para a água contra a indicação ou proibição das autoridades competentes, por motivo de más condições meteorológicas ou outras, ou navegar ou fundear em zona desaconselhada ou não autorizada pelas mesmas autoridades.

c) Verificados em consequência da embarcação ter sido utilizada para fins ilícitos ou não declarados no contrato, salvo em casos de salvação ou assistência de embarcações em perigo;

d) Decorrentes da inexistência ou insuficiência, a bordo da embarcação, dos meios de salvamento legalmente obrigatórios;

e) Causados intencionalmente pelo Segurado ou por pessoa por quem ele seja civilmente responsável;

f) Causados em resultado de embriaguez, uso de estupefacientes fora de prescrição médica ou demência do condutor;

g) Ocorridos quando a embarcação seja conduzida por pessoa sem a competente carta de desportista náutico ou durante a posse ou utilização abusiva da embarcação;

h) Sobrevindos em provas desportivas, corridas, regatas, desafios, concursos, apostas, competições de qualquer ordem ou tentativa de "records" ou durante os respectivos treinos;

i) Resultantes de cataclismos da natureza.

j) Resultantes da ocorrência de riscos nucleares;

k) Resultantes de crimes e outros actos intencionais de qualquer Ocupante, bem como o suicídio;

l) Hérnias de qualquer natureza;

m) Ocorrência de riscos nucleares;

n) Infecções pelo vírus da síndrome da imunodeficiência adquirida (SIDA);

Cláusula 6.^a Incontestabilidade

As declarações prestadas pelo Tomador do Seguro e pelo Segurado, tanto na proposta como nos demais documentos necessários à apreciação do risco proposto, servem de base à aceitação e realização formal do contrato, o qual é incontestável desde que tenha estado em vigor em vida do Segurado durante dois anos após a data de emissão, salvaguardados os casos e situações previstas na lei.

Cláusula 7.^a Pré-existência de doença ou enfermidade

Salvo expressa em contrário nas Condição Particular, se as consequências de um acidente forem agravadas por doença ou enfermidade anterior à data daquele, a responsabilidade da Zurich não poderá exceder a que teria se o acidente tivesse ocorrido a uma pessoa não portadora dessa doença ou enfermidade.

Cláusula 8.^a Extinção do direito às garantias

Não se extingue o direito às garantias do contrato respeitantes a sinistro ocorrido durante a sua vigência, desde que cumpridas as formalidades previstas na Cláusula 12.^a das Condições Gerais, ainda que aquele venha a ser resolvido por parte da Zurich.

Cláusula 9.^a Obrigações do Tomador do Seguro, do Segurado e do Beneficiário

1.
Para além das obrigações constantes da Cláusula 26.^a das Condições Gerais, o Tomador do Seguro, o Segurado ou a

Pessoa Segura, ficam, também, obrigados:

a) Existindo vários seguros cobrindo o mesmo risco, esta comunicação deverá ser efectuada às respectivas Seguradoras com indicação do nome das restantes;

b) Promover o envio, até 8 (oito) dias após a Pessoa Segura ter sido clinicamente assistida, de uma declaração médica, onde conste a natureza e localização das lesões, o seu diagnóstico, os dias eventualmente previstos para Incapacidade Temporária, bem como a indicação da possível Invalidez Permanente;

c) Comunicar, até 8 (oito) dias após a sua verificação, a cura das lesões, promovendo o envio de declaração médica, onde conste, além da data da alta, o número de dias em que houve Incapacidade Temporária e a percentagem de Invalidez Permanente eventualmente constatada;

d) Entregar, para o reembolso a que houver lugar, a documentação original e os documentos justificativos das despesas efectuadas e abrangidas pelo contrato.

2.
Em caso de acidente, a Pessoa Segura fica obrigada a:

a) Cumprir as prescrições médicas, sob pena da Zurich apenas responder pelas consequências do acidente que presumivelmente se verificariam se aquelas prescrições tivessem sido observadas;

b) Sujeitar-se a exame por médico designado pela Zurich, sempre que esta o requeira, cessando a responsabilidade desta se o não fizer;

c) Autorizar os médicos a prestarem todas as informações solicitadas, sob

pena da cessação da responsabilidade da Zurich.

3.
Se do acidente resultar a morte da Pessoa Segura deverão, em complemento da participação do acidente, ser enviados à Zurich certificado de óbito (com indicação da causa da morte) e, quando considerados necessários, outros documentos elucidativos do acidente e das suas consequências.

4.
No caso de comprovada impossibilidade de o Tomador do Seguro e/ou Pessoa Segura cumprirem quaisquer das obrigações previstas neste contrato, transfere-se tal obrigação para quem as possam cumprir.

5.
O autor, cúmplice, instigador ou o encobridor do homicídio doloso da pessoa segura, ainda que não consumado, perde o direito à prestação, aplicando-se, salvo convenção em contrário, o regime da designação beneficiária.

6.
O Tomador do Seguro, o Segurado, a Pessoa Segura ou o Beneficiário perdem direito à indemnização se:

a) Agravarem, voluntária e intencionalmente, as consequências do sinistro;

b) Usarem de fraude, simulação ou quaisquer outros meios dolosos, bem como de documentos falsos para justificarem a sua reclamação;

c) Usarem de má-fé, emitirem ou declararem inexactamente o agravamento do risco, nos termos previstos na Cláusula 9.ª, das Condições Gerais.

Cláusula 10.^a Sinistros

1.

Em caso de sinistro coberto pela presente Condição Especial, o Segurado e as Pessoas Seguras ficam cumulativamente obrigados, sob pena de responderem por perdas e danos, a:

a) Tomar imediatas providências para evitar agravamento das consequências do acidente;

b) Promover o envio, até oito dias após a Pessoa Segura ter sido clinicamente assistido, de uma declaração do médico de que conste a natureza das lesões, o seu diagnóstico, bem como a indicação da possível Invalidez Permanente;

c) Comunicar, até oito dias após a sua verificação, a cura das lesões, promovendo o envio da declaração médica de onde conste, além da data da alta, a percentagem de Invalidez Permanente eventualmente constatada;

d) Facultar, para o reembolso a que houver lugar, todos os documentos justificativos das Despesas de Tratamento.

e) Cumprir as prescrições médicas;

f) Sujeitar-se a exame por médico designado pela Zurich;

g) Autorizar os médicos a prestarem todas as informações solicitadas pela Zurich.

2.

Se do acidente resultar a Morte de alguma das Pessoas Seguras, deverá, em complemento da participação do acidente, ser enviada à Zurich uma certidão de óbito e, quando considerados necessários, outros documentos elucidativos do acidente e das suas consequências.

3.

No caso de comprovada impossibilidade de o Segurado e/ou das Pessoas Seguras cumprirem quaisquer das obrigações

previstas, transfere-se tal obrigação para quem - Segurado, Pessoa Segura ou Beneficiário - a possa cumprir.

4.

A falta de verdade nas comunicações e informações à Zurich, farão incorrer o Segurado ou Pessoas Seguras nas responsabilidades pelas perdas e danos delas resultantes.

Cláusula 11.^a Indemnizações

1.

O valor da indemnização a pagar será calculado de acordo com o estabelecido nas Condições Particulares da Apólice e atribuído por Pessoa Segura, até ao limite máximo de lotação, conforme livrete da embarcação de recreio identificado nas mesmas.

2.

No caso de, no momento do acidente, o limite máximo de lotação autorizado para a embarcação de recreio estar excedido, as indemnizações estabelecidas nas Condições Particulares a liquidar a cada Pessoa Segura serão obtidas por rateio do capital seguro para o limite máximo de lotação, pelo número de pessoas em risco.

3.

Morte: No caso de Morte de uma Pessoa Segura, ocorrida imediatamente ou no decurso de 2 (dois) anos a contar da data do acidente, a Zurich pagará o correspondente capital seguro ao(s) Beneficiário(s) expressamente designado(s) na apólice.

3.1.

Para ocupantes de idade inferior a 14 anos, a indemnização por Morte, limitar-se-á ao valor correspondente às despesas de funeral.

4.

Invalidez Permanente: No caso de Invalidez Permanente, clinicamente constatada e sobrevivendo no decurso de 2 (dois) anos a contar da data do acidente, a Zurich garante o pagamento da percentagem do capital fixado nas Condições Particulares correspondente ao grau de desvalorização

sofrido, de acordo com a Tabela de Desvalorizações que faz parte integrante desta Condição Especial.

4.1.

Quando a Invalidez Permanente apurada for igual ou superior a 50%, a indemnização a pagar pela Zurich será elevada ao dobro.

4.2.

O pagamento desta indemnização, na falta de indicação expressa em contrário nas Condições Particulares, será feito à Pessoa Segura, salvo no caso de menores não emancipados, em que o pagamento será feito a quem exercer o poder paternal.

4.3.

As lesões não enumeradas na Tabela de Desvalorizações, mesmo de importância menor, são indemnizadas em proporção da sua gravidade comparada com a dos casos enumerados, sem ter em conta a profissão exercida pela Pessoa Segura.

4.4.

Se a Pessoa Segura for canhota as percentagens de invalidez para o membro superior direito aplicam-se ao membro superior esquerdo e reciprocamente.

4.5.

Os defeitos físicos, em qualquer membro ou órgão, de que a Pessoa Segura seja portadora à data do sinistro, serão tomados em consideração ao fixar-se o grau de desvalorização proveniente do acidente, o qual corresponderá à diferença entre a invalidez já existente e aquela que passou a existir.

4.6.

A incapacidade funcional parcial ou total de um membro ou órgão é assimilada à correspondente perda parcial ou total.

4.7.

Em relação a um mesmo membro ou órgão as desvalorizações acumuladas não podem exceder aquela que corresponderia à perda total desse mesmo membro ou órgão.

4.8.

Sempre que de um acidente resultem lesões em mais de um membro ou órgão, a indemnização total obtém-se somando o valor das indemnizações relativas a cada uma das lesões, não podendo, porém, o total exceder o valor seguro.

4.9.

Se as consequências de um acidente forem agravadas por doença ou enfermidade anterior à data em que aquele ocorreu, a responsabilidade da Zurich não poderá nunca exceder a que teria se o acidente tivesse sucedido a uma pessoa não portadora dessa doença ou enfermidade.

5.

Despesas de Tratamento

Despesas de Tratamento - A Zurich procederá ao reembolso, até à quantia para o efeito fixada, das despesas necessárias para o tratamento das lesões sofridas.

5.1.

O reembolso será feito contra a entrega de documentação comprovativa a quem demonstrar ter pago as despesas.

6.

Despesas de Funeral

Despesas de Funeral - A Zurich procederá ao reembolso, até à quantia para o efeito fixada, das despesas com o Funeral da Pessoa Segura.

6.1.

O reembolso será feito a quem provar ter pago as despesas.

Cláusula 12.^a Designação Beneficiária

1.

O Tomador do Seguro/Segurado ou quem estes indiquem, designam o beneficiário, podendo a designação ser feita na apólice em declaração escrita recebida pela Zurich ou em testamento.

2.

Salvo estipulação em contrário o falecimento da pessoa segura, o capital seguro é prestado:

- a)** Na falta de designação do beneficiário, aos herdeiros da pessoa segura;
- b)** Em caso de premoriência do beneficiário relativamente à pessoa segura, aos herdeiros desta;
- c)** Em caso de premoriência do beneficiário relativamente à pessoa segura, tendo havido renúncia à revogação da designação beneficiária, aos herdeiros daquele.
- d)** Em caso de comoriência da pessoa segura e do beneficiário, aos herdeiros deste.

Cláusula 13.^a

Alterações do Beneficiário

1.

A pessoa que designa o beneficiário pode a qualquer momento revogar ou alterar a designação, excepto quando tenha expressamente renunciado a esse direito.

2.

Em caso de renúncia a faculdade de revogação, tendo havido adesão do beneficiário, o tomador do seguro, salvo convenção em contrário não tem direito de redução.

3.

O poder de alterar a designação beneficiária cessa no momento em que o beneficiário adquira o direito ao pagamento das importâncias seguras.

Cláusula 14.^a

Pessoas estranhas ao benefício

As relações do Tomador do Seguro com pessoas estranhas ao benefício não afectam a designação beneficiária, sendo aplicáveis as disposições relativas à colação, à impugnação e à redução de liberalidades, assim como à impugnação pauliana, só no que corresponde às quantias prestadas pelo Tomador do Seguro à Zurich.

Cláusula 15.^a

Interpretação da cláusula beneficiária

1.

A designação genérica dos filhos de determinada pessoa como beneficiários, em caso de dúvida, entende-se referida a todos os filhos que lhe sobreviverem, assim como aos descendentes dos filhos em representação daqueles.

2.

Quando a designação genérica se refira aos herdeiros ou ao cônjuge, em caso de dúvida, considera-se como tais os herdeiros legais que o sejam à data do falecimento.

3.

Sendo a designação feita a favor de vários beneficiários, a Zurich realiza a prestação em partes iguais, excepto:

a) No caso dos beneficiários serem todos herdeiros da Pessoa Segura, em que se observam os princípios prescritos para a sucessão legítima;

b) No caso de premoriência de um dos beneficiários, em que a sua parte cabe aos respectivos descendentes.

4.

O disposto no número anterior não se aplica quando haja estipulação em contrário.

Cláusula 16.^a

Co-existência de contratos

1.

O Tomador do Seguro fica obrigado a participar à Zurich, sob pena de responder por perdas e danos, a existência de outros seguros de acidentes pessoais sobre a Pessoa Segura.

2.

Existindo, à data do sinistro, mais de um contrato de seguro, garantindo as Despesas de Tratamento, Repatriamento e Despesas de Funeral, a presente apólice apenas funcionará na respectiva proporcionalidade de valores seguros.

TABELA PARA SERVIR DE BASE AO CÁLCULO DAS INDEMNIZAÇÕES DEVIDAS POR INVALIDEZ PERMANENTE COMO CONSEQUÊNCIA DE ACIDENTE

A – Invalidez permanente total

	%
- Perda total dos dois olhos ou da visão dos dois olhos	100
- Perda completa do uso dos dois membros inferiores ou superiores	100
- Alienação mental incurável e total, resultante directa e exclusivamente de um acidente	100
- Perda completa das duas mãos ou dos dois pés	100
- Perda completa dum braço e duma perna ou duma mão e duma perna	100
- Perda completa dum braço e dum pé ou duma mão e dum pé	100
- Hemiplegia ou paraplegia completa	100

B – Invalidez permanente parcial

Cabeça

	%
- Perda completa dum olho ou redução a metade da visão biocular	25
- Surdez total	60
- Surdez completa dum ouvido	15
- Síndrome pós-comocional dos traumatismos cranianos, sem sinal objectivo	5
- Epilepsia generalizada pós-traumática, uma ou duas crises convulsivas por mês, com tratamento	50
- Anosmia absoluta	4
- Fractura dos ossos próprios do nariz ou do septo nasal com mal-estar respiratório	3
- Estenose nasal total, unilateral	4
- Fractura não consolidada do maxilar inferior	20
- Perda total ou quase total dos dentes:	
- com possibilidade de prótese	10
- sem possibilidade de prótese	35
- Ablação completa do maxilar inferior	70
- Perda de substância do crânio interessando as duas tábuas e com um diâmetro máximo:	
- superior a 4 cm	35
- superior a 2 e igual ou inferior a 4 cm	25
- de 2 cm	15

Membros Superiores e Espádua

(D=Direito / E=Esquerdo)

	%	
		D E
- Fractura da clavícula com sequela nítida	3	
- Rigidez do ombro, pouco acentuada	5	3
- Rigidez do ombro, projecção para a frente e a abdução não atingindo 90°	5	11
- Perda completa do movimento do ombro	30	25
- Amputação do braço pelo terço superior ou perda completa do uso do braço	70	55
- Perda completa do uso duma mão	60	50
- Fractura não consolidada dum braço	40	30
- Pseudartrose dos dois ossos do antebraço	25	20
- Perda completa do uso do movimento do cotovelo	20	15
- Amputação do polegar:		
- perdendo o metacarpo	25	20
- conservando o metacarpo	20	15

- Amputação do indicador	15	10
- Amputação do médio.....	8	6
- Amputação do anelar.....	8	6
- Amputação do dedo mínimo	8	6
- Perda completa dos movimentos do punho.....	12	9
- Pseudartrose dum só osso do antebraço	10	9
- Fractura do 1º metacarpo com sequelas que determinem incapacidade funcional	4	3
- Fractura do 5º metacarpo com sequelas que determinem incapacidade funcional	2	1

Membros Inferiores

		%
- Desarticulação dum membro inferior pela articulação coxo-femural ou perda completa do uso dum membro inferior	60	
- Amputação da coxa pelo terço médio.....	50	
- Perda completa do uso duma perna abaixo da articulação do joelho.....	40	
- Perda completa do pé	40	
- Fractura não consolidada da coxa	45	
- Fractura não consolidada duma perna	40	
- Amputação parcial dum pé, compreendendo todos os dedos e uma parte do pé	25	
- Perda completa do movimento da anca	35	
- Perda completa do movimento do joelho.....	25	
- Anquilose completa do tornozelo em posição favorável	12	
- Sequelas moderadas de fractura transversal da rótula		
Encurtamento dum membro inferior em:		
5 cm ou mais.....	20	
3 a 5 cm.....	15	
2 a 3 cm.....	10	
- Amputação do dedo grande do pé com o seu metatarso	10	
- Perda completa de qualquer dedo do pé, com exclusão do dedo grande	3	

Raquis-Tórax

		%
- Fractura da coluna vertebral cervical sem lesão medular	10	
- Fractura da coluna vertebral dorsal ou lombar:		
compressão com rigidez raquidiana nítida sem sinais neurológicos.....	10	
- Cervicalgias com rigidez raquidiana nítida.....	5	
- Lombalgias com rigidez raquidiana nítida	5	
- Paraplegia fruste, marcha possível, espasmodicidade dominando a paralisia	20	
- Algias radiculares com irradiação (forma ligeira).....	2	
- Fractura isolada do esterno com sequelas pouco importante	3	
- Fractura uni-costal com sequelas pouco importantes	1	
- Fracturas múltiplas de costelas com sequelas importantes.....	8	
- Resíduos dum derrame traumático com sinais radiológicos	5	

Abdómen

		%
- Ablação do baço, com sequelas hematológicas, sem manifestações clínicas	10	
- Nefrectomia	20	
- Cicatriz abdominal de intervenção cirúrgica com eventração de 10 cm, não operável	15	

004.- Fenómenos sísmicos

Nos termos desta Condição Especial, o presente contrato cobre os danos causados aos bens seguros em consequência da acção directa de tremores de terra, terremotos, erupções vulcânicas, maremotos e fogo subterrâneo e ainda incêndio resultante destes fenómenos.

Considerar-se-ão como um único sinistro os fenómenos ocorridos dentro de um período de 72 horas após a constatação dos primeiros prejuízos verificados nos objectos seguros.

Fica, no entanto, estabelecido que em cada sinistro haverá sempre que deduzir, à indemnização que couber à Zurich liquidar, uma franquia de 5% a incidir sobre o capital seguro.

005.- Greves tumultos e alterações de ordem pública

Cláusula 1.^a Objecto do seguro

1. Fica expressamente convencionado que nos termos, condições e exclusões desta Condição Especial, a presente apólice garante os danos (incluindo os de incêndio ou explosão) directamente causados na embarcação segura: Por pessoas que tomem parte em greves, "lock-out", distúrbios no trabalho, tumultos, motins e alterações de ordem pública.

2. Por qualquer autoridade legalmente constituída, em virtude de medidas tomadas por ocasião das ocorrências acima mencionadas, para salvaguarda ou protecção de pessoas e bens.

Cláusula 2.^a Exclusões

Além das exclusões previstas nas Cláusulas 5^a e 43^a desta Apólice, não ficam garantidos as perdas ou danos em consequência de:

a) Actos de guerra (declarada ou não), guerra civil, invasão e hostilidades com países estrangeiros;

b) Levantamento, rebelião ou golpe militar, revolução ou usurpação do poder;

c) Suspensão de posse dos bens seguros com carácter permanente ou temporário, resultante de confiscação, requisição ou custódia devida a qualquer imposição do poder legal ou usurpado, dimanada de uma autoridade constituída;

d) Roubo, com ou sem arrombamento, directa ou indirectamente relacionado com os riscos cobertos por esta cláusula.

Cláusula 3.^a Cancelamento das garantias

A Zurich, pode cancelar esta cobertura em seguida à ocorrência de qualquer sinistro ou, a todo o tempo, com aviso prévio de 8 (oito) dias proceder à alteração do respectivo prémio.

Se o Tomador do Seguro não der a sua concordância, por escrito, à alteração do prémio, esta cobertura considerar-se-á sem efeito, sem necessidade de novo aviso, decorrido que seja o referido prazo.

Neste caso o Tomador do Seguro ficará com direito a receber o estorno de prémio calculado proporcionalmente e relativo ao período não decorrido.

Cláusula 4.^a Franquia

Fica, no entanto, estabelecido que em cada sinistro, haverá sempre que deduzir à indemnização que couber à Zurich liquidar, a franquia declarada nas Condições Particulares.

006.- Objectos de uso pessoal

Cláusula 1.^a Objecto do seguro

Nos termos desta Condição Especial, o presente contrato cobre os danos causados aos objectos de uso pessoal não pertencentes à embarcação de recreio, desde que os mesmos se encontrem discriminados e valorizados nas Condições Particulares, sejam pertença dos ocupantes da embarcação de recreio e resultem de sinistro garantido pela Cobertura de Danos Materiais da Própria Embarcação, Fenómenos Sísmicos e Greves, Tumultos e Alteração de Ordem Pública, quando contratadas.

Cláusula 2.^a Exclusões

Além das exclusões previstas nas Cláusulas 5^a e 43.^a desta Apólice, não ficam garantidas as perdas ou danos que derivem directa ou indirectamente de:

a) Desgaste natural, quebras, amolgadelas, torceduras, vício próprio, combustão espontânea, sujidades ou rasgões na embalagem, excepto os causados por violação para roubo do conteúdo ou por acidente com o meio de transporte e roeduras de animais;

b) Acções ou omissões dolosas do Tomador do Seguro/Segurado;

c) Abandono, ainda que por curto espaço de tempo, ou simples desaparecimento dos objectos seguros enquanto à guarda do Tomador do Seguro/Segurado, quando não resulte de roubo comprovado;

d) Contrabando, confiscação, apreensão ou detenção pelas autoridades;

e) Explosão, libertação do calor e

irradiações provenientes de cisão de átomos ou radioactivas e ainda os decorrentes de radiações provocadas pela aceleração artificial de partículas.

f) Causados em dinheiro, cheques, cartões de crédito e bilhetes de viagem;

g) Causados em jóias, relógios, binóculos e armas, máquinas fotográficas, de filmar e vídeo, e outros equipamentos electrónicos ou informáticos;

h) Causados em objectos de arte, de colecção e mostruários;

i) Resultantes de guerra declarada ou não, motins populares, desordens políticas, actos de terrorismo ou sabotagem, pirataria aérea ou explosão de engenhos bélicos.

Cláusula 3.^a Capital seguro

A determinação do capital seguro ou seja do valor dos bens que constituem o objecto da presente Condição Especial, é sempre da responsabilidade do Tomador do Seguro e deverá corresponder ao preço corrente dos mesmos no local e data de emissão da apólice.

007. – Assistência a embarcações de recreio

Cláusula 1.^a Disposições preliminares

Fica expressamente convencionado que, nos termos, condições e exclusões a seguir descritos, é garantida às pessoas seguras a assistência decorrente da verificação dos riscos previstos que ocorram durante deslocações.

Cláusula 2.^a Definições

Pessoa Segura:

a) O Tomador do Seguro ou o Segurado,

b) A tripulação e as pessoas transportadas gratuitamente (num máximo de 10) desde que se encontrem a bordo ou participem nas manobras da mesma e sejam vítimas de acidente;

c) Os esquiadores (até um máximo de 2) rebocados pela embarcação segura e que sejam vítimas de acidente.

Acidente: Todo o facto accidental, imprevisto, não intencional e que provoque o funcionamento das garantias.

Embarcação Segura: Toda a embarcação registada em Portugal ou no estrangeiro desde que seja propriedade ou sob a direcção de entidade portuguesa.

Cláusula 3.^a Âmbito territorial

As garantias de assistência vigoram dentro dos limites geográficos estabelecidos nas Condições Particulares e que podem ser em qualquer de uma das seguintes Zonas de Navegação:

a) Navegação em Águas Abrigadas – navegação em zonas de fraca agitação marítima, em águas territoriais portuguesas e espanholas, junto à costa, num raio de 3 milhas de um porto de abrigo, lagoas naturais ou artificiais, lagos e rios navegáveis, sempre que a classificação da embarcação a isso o permita.

b) Navegação Costeira Restrita – navegação até 6 milhas da costa e 20 milhas de um porto de abrigo, em águas territoriais portuguesas e espanholas, sempre que a classificação da embarcação a isso o permita;

c) Navegação Costeira – navegação até 25 milhas da costa e 60 milhas de um porto de abrigo, em águas territoriais portuguesas e espanholas, sempre que a classificação da embarcação a isso o permita;

d) Navegação ao Largo – navegação até 200 milhas da costa, sempre que a classificação da embarcação a isso o permita;

e) Navegação Oceânica – navegação sem limite de área, sempre que a classificação da embarcação a isso o permita;

Cláusula 4.^a Validade

1.

As pessoas seguras para poderem beneficiar das garantias têm de ter o seu domicílio em Portugal e o tempo de permanência no estrangeiro não pode exceder 60 dias por viagem ou deslocação.

2.

As pessoas seguras residentes em países estrangeiros somente ficam abrangidas pelas garantias constantes dos n.ºs 1 e 6 da Cláusula 5.^a e 4 da Cláusula 6.^a.

Cláusula 5.^a Garantia de assistência às pessoas

1.

Despesas médicas e hospitalares no estrangeiro

Se em consequência de acidente ou doença ocorridos no estrangeiro durante o período de validade da apólice a pessoa segura necessitar de assistência médica, cirúrgica, farmacêutica ou hospitalar a Zurich suportará, até ao limite fixado nas Condições Particulares, ou reembolsará mediante justificativos:

- As despesas e honorários médicos e cirúrgicos;
- Os gastos farmacêuticos prescritos por médico;
- Os gastos de hospitalização.

O pagamento destas despesas completa os reembolsos a que a Pessoa Segura ou seus beneficiários obtenham junto da Seguradora Social, qualquer outra instituição de

previdência ou através de seguro celebrado anteriormente, aplicando-se relativamente a este último aspecto o estabelecido nos artigos 433º e 434º do Código Comercial.

2. Transporte ou repatriamento sanitário de feridos e doentes.

Se a Pessoa Segura sofrer ferimentos ou adoecer durante o período de validade da apólice, a Zurich encarrega-se:

- a)** do custo do transporte em ambulância até à clínica ou hospital mais próximo;
- b)** da vigilância por parte da sua equipa médica em colaboração com o médico assistente da Pessoa Segura ferida ou doente, para determinação das medidas convenientes ao melhor tratamento a seguir e o meio mais apropriado para a eventual transferência para outro Centro Hospitalar mais adequado ou até ao seu domicílio;
- c)** Do custo da transferência pelo meio de transporte mais adequado. Se tal ocorrer para um Centro Hospitalar afastado do domicílio, a Zurich encarrega-se também da oportuna transferência até ao mesmo.

3. Acompanhamento durante o transporte ou repatriamento sanitário

No caso de o estado da Pessoa Segura, objecto de transporte ou repatriamento sanitário, o justificar, a Zurich, após parecer do seu Departamento Médico, suporta as despesas com a viagem de uma Pessoa também segura que se encontre no local para a acompanhar.

4. Acompanhamento da Pessoa Segura hospitalizada

Se se verificar hospitalização de uma Pessoa Segura e se o seu estado não aconselhar regresso ou repatriamento imediato, a Zurich suporta as despesas de estadia em hotel de um familiar ou pessoa por ela designada que se encontre já no local, para ficar junto de si, até ao limite fixado nas Condições Particulares.

5. Bilhete de transporte de ida e volta para um familiar e respectiva estadia

Se a hospitalização da Pessoa Segura ultrapassar 5 dias úteis e não for possível accionar a garantia prevista no número anterior, a Zurich suporta as despesas a realizar por um familiar com a passagem de ida e volta de comboio em 1ª classe ou avião em classe turística, com partida de Portugal, para ficar junto dela, responsabilizando-se ainda pelas despesas de estadia até ao limite fixado nas Condições Particulares.

6. Prolongamento de estadia em hotel

Se após ocorrência de doença ou acidente o estado da Pessoa Segura não justificar hospitalização ou transporte sanitário e se o seu regresso não se puder realizar na data inicialmente prevista, a Zurich encarrega-se, se a elas houver lugar, das despesas efectivamente realizadas com estadia em hotel por si e por uma pessoa que a fique a acompanhar até ao limite fixado nas Condições Particulares.

Quando o estado de saúde da Pessoa Segura o permitir a Zurich encarrega-se do seu regresso bem como o do eventual acompanhante caso não possam regressar pelos meios inicialmente previstos.

7. Transporte ou repatriamento das Pessoas Seguras

Tendo havido transporte ou repatriamento de uma ou mais Pessoas Seguras por motivo de doença ou acidente, de harmonia com a garantia prevista no nº 2, e se por este facto não for possível o regresso das restantes pelos meios inicialmente previstos, a Zurich suportará as despesas de transporte das mesmas até ao domicílio habitual.

Se as Pessoas Seguras forem menores de 15 anos e não dispuserem de um familiar ou pessoa de confiança para as acompanhar em viagem, a Zurich suportará as despesas a realizar por uma pessoa que viaje com elas até ao local do seu domicílio.

8.

Transporte ou repatriamento de falecidos e das Pessoas Seguras acompanhantes
A Zurich suporta as despesas de todas as formalidades a efectuar no local do falecimento da Pessoa Segura bem como as relativas ao seu transporte ou repatriamento até ao local do enterro em Portugal.

No caso de as restantes Pessoas Seguras não puderem regressar pelos meios inicialmente previstos a Zurich paga as despesas de transporte para regresso das mesmas até ao seu domicílio em Portugal.

Se as Pessoas Seguras forem menores de 15 anos e não dispuserem de um familiar ou pessoa de confiança para as acompanhar em viagem, a Zurich suporta as despesas a realizar por uma pessoa que viaje com elas até ao seu domicílio em Portugal.

Se por motivos administrativos for necessária a inumação provisória ou definitiva localmente, a Zurich suporta as despesas de um familiar, se um deles não se encontrar já no local, pondo à sua disposição um bilhete de ida e volta de comboio em 1ª classe ou de avião em classe turística para se deslocar desde o seu domicílio até ao local de inumação, pagando ainda as despesas de estadia até ao limite fixado nas Condições Particulares.

9.

Regresso antecipado

Se no decurso de uma viagem falecer em Portugal o cônjuge, ou pessoa com quem coabite em termos de permanência, ascendentes ou descendentes em 2º grau da Pessoa Segura, irmãos e no caso de o regresso não se puder fazer em tempo útil pelo meio inicialmente previsto, a Zurich suporta as despesas com a passagem de comboio em 1ª classe ou de avião em classe turística desde o local da estadia até ao seu domicílio ou até ao local da inumação em Portugal. Esta garantia funciona igualmente para casos de acidentes ou de doenças imprevisíveis, cuja gravidade a confirmar pelo Departamento Médico da Zurich, exija a sua presença urgente e imperiosa.

Se em consequência da vinda prematura for indispensável o regresso ao ponto de partida da Pessoa Segura para permitir o regresso da embarcação ou das outras pessoas pelos meios inicialmente previstos, a Zurich põe à sua disposição os meios idênticos aos utilizados.

10.

Transmissão de mensagens

A Zurich encarregar-se-á da transmissão de mensagens urgentes de que seja encarregada pela Pessoa Segura, resultantes da ocorrência de algum acontecimento coberto pelas presentes garantias.

11.

Roubo da embarcação e de bagagens

No caso de roubo da embarcação, de bagagens e/ou objectos pessoais, a Zurich assistirá, se isso for solicitado, a Pessoa Segura na respectiva participação às autoridades.

Se a embarcação ou os pertences roubados forem recuperados, a Zurich encarregar-se-á do seu envio até ao local onde se encontre a Pessoa Segura ou até ao seu domicílio.

12.

Avanço de fundos no estrangeiro

Se por motivo de doença, roubo, reparação da embarcação ou exigências legais por situações de poluição ou remoção de destroços no estrangeiro o Segurado necessitar de importâncias em dinheiro, a Zurich adiantará as verbas necessárias até ao limite fixado nas Condições Particulares. Estas importâncias adiantadas serão reembolsadas à Zurich no prazo máximo de 60 dias.

Cláusula 6.^a
Garantia de assistência à
embarcação e seus ocupantes

1.
Envio de peças de substituição

A Zurich encarregar-se-á do envio até ao porto onde se encontre a embarcação segura, pelo meio mais adequado, das peças necessárias à sua reparação e segurança dos seus ocupantes desde que seja impossível obtê-las no local da ocorrência.

Somente serão de conta da Zurich os gastos de transporte. A Pessoa Segura deverá liquidar à Zurich o custo das peças bem como os eventuais direitos aduaneiros correspondentes.

2.
Gastos de recolhas em consequência de avaria ou acidente

Em caso de avaria ou acidente da embarcação segura que a impeça de continuar viagem pelos seus próprios meios em boas condições de navegabilidade e segurança, e que obrigue à sua imobilização para reparação local, a Zurich suporta os gastos de recolha da mesma até ao limite fixado nas Condições Particulares.

3.
Envio de skipper ou tripulação

Em caso de morte ou incapacidade por acidente ou doença do “skipper” originário, e/ou de 1 ou mais tripulantes indispensáveis à navegação em segurança da embarcação segura, a Zurich suporta as despesas com o envio de um outro “skipper” e/ou tripulação de substituição com vista à continuação da viagem da embarcação ou ao seu regresso.

Igualmente a Zurich tomará a seu cargo as despesas com o envio de um skipper/tripulação indispensável para conduzir de regresso a embarcação segura, desde que esta tenha ficado a reparar localmente da avaria ou acidente ou tenha sido recuperada após roubo e tenham sido transportados ou repatriados o

skipper/tripulação indispensável.

4.
Despesas de estadia em hotel a aguardar a reparação da embarcação

Por motivo de acidente, avaria ou roubo da embarcação de que resulte a sua inhabilitabilidade, a Zurich suportará as despesas de estadia em hotel das Pessoas Seguras bem como a guarda das bagagens e equipamento amovível até ao limite fixado nas Condições Particulares.

5.
Transporte ou repatriamento dos ocupantes da embarcação acidentada, avariada ou roubada

Quando a embarcação, como consequência de avaria ou acidente necessite de reparação por período superior a 2 dias e não tenha sido feito uso da garantia prevista no nº 4 desta Cláusula 6.^a, ou em caso de roubo, a Zurich suportará as despesas de transporte das Pessoas Seguras – ocupantes da embarcação – até ao seu domicílio.

6.
Regresso de bagagem

Havendo repatriamento de Pessoas Seguras, a Zurich encarrega-se do regresso das suas bagagens e/ou objectos pessoais até ao máximo total de 200 kg desde que se encontrem devidamente embalados e transportáveis.

7.
Envio de veículo de reboque para o transporte ou repatriamento da embarcação segura

No caso de avaria ou acidente atingindo a embarcação segura e/ou o respectivo berço de reboque impedindo-o de circular em segurança, a Zurich organiza a intervenção de um perito mecânico, suportando as respectivas despesas de deslocação, e se a reparação não puder ser efectuada localmente garante o transporte do berço de reboque e da embarcação segura desde o

local da imobilização até à oficina escolhida pela Pessoa Segura, até ao limite fixado nas Condições Particulares.

No caso de acidente ou avaria do veículo rebocador ou do berço de reboque da embarcação segura, que exija reparação superior a 3 dias e em caso de roubo ou incapacidade por acidente, doença ou morte do condutor do veículo rebocador, a Zurich garantirá o reboque da embarcação segura desde o local da imobilização até ao local escolhido pela Pessoa Segura, até ao limite fixado nas Condições Particulares. Neste caso a Zurich garantirá o custo das recolhas da embarcação desde a altura em que lhe foi solicitado o reboque até à altura da concretização do mesmo.

Cláusula 7.ª **Garantia de fefesa e** **reclamação jurídica**

1. **Defesa e reclamação jurídica**

1.1.

A Zurich compromete-se a assegurar a defesa do Segurado e/ou “skipper” na sua qualidade de proprietário e/ou condutor da embarcação segura, perante qualquer tribunal se ele for acusado de homicídio involuntário ou de ofensas corporais involuntárias, dano culposo ou infracção às regras de navegação.

1.2.

A Zurich compromete-se ainda a reclamar a reparação pecuniária dos danos resultantes de acidente em que esteja envolvida a embarcação segura e a prestar assistência à pessoa no caso de litígio com reparadores de embarcações, construtores e fornecedores de equipamentos, óleos e combustíveis.

1.3.

A Zurich não tentará qualquer acção judicial ou não recorrerá de uma acção judicial:

a) Quando considerar que tal não apresenta suficientes probabilidades de sucesso por

insuficiência de meios de prova;

b) Quando por informações obtidas, o terceiro considerado culpado seja insolvente;

c) Quando o valor dos prejuízos não exceder a importância fixada nas Condições Particulares;

d) Quando considerar justa e suficiente a proposta feita pelo terceiro.

Cláusula 8.ª **Garantia de avanço para cauções** **penais no estrangeiro**

1.

A Zurich prestará ao Segurado e/ou skipper” na sua qualidade de proprietário e/ou condutor da embarcação segura, a título de adiantamento, as seguintes cauções até aos limites fixados nas Condições Particulares:

a) Garantia de custas processuais;

b) Garantia de liberdade provisória ou comparência no julgamento;

c) Garantia para levantamento do arresto da embarcação em consequência de acidente marítimo, fluvial ou lacustre, ou poluição.

2.

Estas importâncias adiantadas serão reembolsadas à Zurich no prazo máximo de 2 meses ou logo após a restituição pelo tribunal, consoante o que ocorrer primeiro.

Cláusula 9.ª **Co-existência de contratos**

1.

O Tomador do Seguro fica obrigado a participar à Zurich, sob pena de responder por perdas e danos, a existência de outros seguros de acidentes pessoais sobre a Pessoa Segura.

2.

Existindo, à data do sinistro, mais de um contrato de seguro, garantindo as Despesas de Tratamento, Repatriamento e Despesas

de Funeral, a presente apólice apenas
funcionará na respectiva proporcionalidade
de valores seguros.

Cláusula 10.^a
Exclusões de carácter geral

**Não ficam garantidas por esta Condição
Especial as prestações que não tenham**

**sido solicitadas à Zurich e que não
tenham sido efectuadas com o seu
acordo, salvo nos casos de força maior
ou impossibilidade material
demonstrada.**

CONDIÇÕES PARTICULARES APLICÁVEIS À CONDIÇÃO ESPECIAL 006

Garantia de Assistência às Pessoas

1. Despesas médicas e hospitalares no estrangeiro	
Limites de indemnização por pessoa e por viagem.....	€ 5.000,00
2. Transporte ou repatriamento sanitário de feridos e doentes	
Limite de indemnização	Ilimitado
3. Acompanhamento durante o transporte ou repatriamento sanitário	
Limite de indemnização	Ilimitado
4. Acompanhamento da pessoa segura hospitalizada	
Limites máximos de indemnização:	
Por dia	€ 37,50
Máximo.....	€ 375,00
5. Bilhete de transporte de ida e volta para um familiar e respectiva estadia	
Limites máximos de indemnização:	
Viagem	: Ilimitado
Por dia	€ 37,50
Máximo.....	€ 375,00
6. Prolongamento de estadia em hotel	
Limites máximos de indemnização:	
Estadia por pessoa e por dia	€ 37,50
Máximo.....	€ 375,00
Transporte.....	Ilimitado
7. Transporte ou repatriamento das pessoas seguras	
Limite de indemnização	Ilimitado
8. Transporte ou repatriamento de falecidos e das pessoas seguras acompanhantes	
Limites máximos de indemnização:	
Transporte.....	Ilimitado
Estadia por dia.....	€ 37,50
Máximo.....	187,50
9. Regresso antecipado	
Limite de indemnização	Ilimitado
10. Transmissão de mensagens	
Limite de indemnização	Ilimitado
11. Roubo de bagagens	
Limite de indemnização	Ilimitado
12. Avanço de fundos no estrangeiro	
Limite máximo de indemnização	€ 1.500,00

Garantia de Assistência à Embarcação e seus Ocupantes

1. Envio de peças de substituição

Limite de indemnização Ilimitado

2. Gastos de recolha em consequência de avaria ou acidente

Franquia: 2 dias
Limite de indemnização: € 150,00

3. Envio de skipper ou tripulação

Limite de indemnização Ilimitado

4. Despesas de estadia em hotel a aguardar a reparação da embarcação

Franquia 2 dias
Limites máximos de indemnização:
Por pessoa e por dia € 37,50
Máximo € 375,00

5. Transporte ou repatriamento dos ocupantes da embarcação acidentada, avariada ou roubada

Limite de indemnização Ilimitado

6. Regresso de bagagem

Limite de indemnização Ilimitado

7. Envio de veículo de reboque para o transporte ou repatriamento da embarcação segura

Limite de indemnização
1 € 125,00
2 Ilimitado

Garantia de Defesa e Reclamação Jurídica

Defesa e reclamação jurídica

Limite de indemnização:
1.1 e 1.2 Ilimitado
1.3. c) € 125,00

Garantia de Avanço para Cauções Penais no Estrangeiro

Avanço para cauções penais no estrangeiro

Limites máximos de indemnização:
Custas processuais € 750,00
Liberdade provisória € 2.500,00
Arresto da embarcação € 2.500,00

Condições particulares da apólice

801 Prova de Vela – Campeonatos e Treinos

A cobertura conferida por esta apólice abrange os acidentes emergentes da prática de prova de vela nas provas integradas em campeonatos e respectivos treinos.

802 Pesca Desportiva

A cobertura conferida por esta apólice abrange os acidentes emergentes da prática pesca desportiva.

803 Sky Aquático

A cobertura conferida por esta apólice abrange os acidentes emergentes da prática sky aquático.

804 Cálculo do Prémio

O método de cálculo do prémio terá em consideração os seguintes factores de risco: o tipo de embarcação de recreio bem como a zona de navegação.

Índice

Parte I Do Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil	1
Cláusula preliminar	1
 Capítulo I Definições, objecto e garantias do contrato	 1
Cláusula 1.ª Definições	1
Cláusula 2.ª Objecto e garantias do contrato	2
Cláusula 3.ª Âmbito da cobertura	2
Cláusula 4.ª Limite territorial	2
 Capítulo II Das Exclusões	 3
Cláusula 5.ª Exclusões	3
 Capítulo III Início de efeitos, duração e vicissitudes do contrato	 3
Cláusula 6 Dever de declaração inicial do risco	3
Cláusula 7.ª Incumprimento doloso do dever de declaração inicial do risco	4
Cláusula 8.ª Incumprimento negligente do dever de declaração inicial do risco	4
Cláusula 9.ª Agravamento do risco	5
Cláusula 10.ª Sinistro e agravamento do risco	5
 Capítulo IV Pagamento e alteração dos prémios	 6
Cláusula 11.ª Vencimento dos prémios	6
Cláusula 12.ª Cobertura	6
Cláusula 13.ª Aviso de pagamento dos prémios	6
Cláusula 14.ª Falta de pagamento dos prémios	6
Cláusula 15.ª Alteração do prémio	7
 Capítulo V Início de efeitos, duração e vicissitudes do contrato	 7
Cláusula 16.ª Início da cobertura e de efeitos	7
Cláusula 17.ª Duração	7
Cláusula 18.ª Resolução do contrato	7
Cláusula 19.ª Alienação da embarcação de recreio segura	8
Cláusula 20.ª Transmissão de direitos	8
 Capítulo VI Prestação principal da Zurich	 8
Cláusula 21.ª Limites da prestação	8
Cláusula 22.ª Insuficiência do capital	8
Cláusula 23.ª Franquia	8
Cláusula 24.ª Pluralidade de seguros	9
 Capítulo VII Obrigações e direitos das partes	 9
Cláusula 25.ª Obrigações do Tomador do Seguro e do Segurado	9
Cláusula 26.ª Obrigação de reembolso pela Zurich das despesas havidas com o afastamento e mitigação do sinistro	10
Cláusula 27.ª Defesa jurídica	11
Cláusula 28.ª Obrigações da Zurich	11
Cláusula 29.ª Direito de regresso	11

Capítulo VIII Disposições diversas	12
Cláusula 30. ^a Intervenção de Mediador de seguros	12
Cláusula 31. ^a Comunicações e notificações entre as partes	12
Cláusula 32. ^a Eficácia em relação a terceiros	12
Cláusula 33. ^a Sub-rogação	12
Cláusula 34. ^a Lei aplicável	13
Cláusula 35. ^a Modo de efectuar reclamações e arbitragem	13
Cláusula 36. ^a Casos omissos	13
Cláusula 37. ^a Foro	13
 Parte II Do Seguro Facultativo de Embarcações de Recreio	 13
Cláusula 38. ^a Disposições gerais	13
Cláusula 39. ^a Definições	13
Cláusula 40. ^a Coberturas facultativas	14
Cláusula 41. ^a Âmbito territorial	14
Cláusula 42. ^a Exclusões próprias do seguro facultativo	14
Cláusula 43. ^a Franquia	15
Cláusula 44. ^a Regra proporcional	15
Cláusula 45. ^a Valor da indemnização	15
Cláusula 46. ^a Redução e/ou reposição de capital	15
Cláusula 47. ^a Redução ou extinção das coberturas	15
Cláusula 48. ^a Direitos ressalvados	15
Cláusula 49. ^a Direito de regresso	16
Cláusula 50. ^a Compensação de créditos	16
Cláusula 51. ^a Ónus da prova	16
Cláusula 52. ^a Sub-rogação	16
 Condições especiais	 17
001.- Responsabilidade civil facultativa	17
002.- Danos materiais da própria embarcação	17
003.- Ocupantes de embarcações	19
004.- Fenómenos sísmicos	28
005.- Greves tumultos e alterações de ordem pública	28
006.- Objectos de uso pessoal	29
007.- Assistência a embarcações de recreio	29
801 Prova de Vela – Campeonatos e Treinos	37
802 Pesca Desportiva	37
803 Sky Aquático	37
804 Cálculo do Prémio	37

Zurich Insurance plc - Sucursal em Portugal **Registo:** Cons. Reg. Comercial de Lisboa **NUIPC:** 980 420 636 **Morada:** R. Barata Salgueiro, 41 - 1269-058 Lisboa, sucursal da Zurich Insurance plc **Sociedade Registada** na Irlanda **N.º** 13460 **Sede:** Zurich House, Ballsbridge Park, Dublin 4, Ireland **Capital Social Autorizado:** 125.000.000,00 Euros **Capital Social Realizado:** 5.174.588,75 Euros - **Tel.:** 21 313 31 00 - **Fax:** 21 313 31 11 - **www.zurichportugal.com** - **zurich.help@zurich.com**